

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
ETEP – Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ETEP – Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETEP – Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.1 e 6.1 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 71.233 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A ETEP – Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2025.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Ativo Circulante		63.127	27.442
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	57.029	18.103
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	954	3.625
Serviços em Curso		921	686
Tributos Compensáveis		151	461
Outros Ativos		4.072	4.567
Ativo Não Circulante		133.109	139.537
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	5.746	2.848
Depósitos Judiciais e Cauções		32	32
Outros Ativos		254	1.301
Participações Societárias Permanentes	1	55.519	59.985
Imobilizado	6.1	71.233	75.052
Intangível	6.2	325	319
Total do Ativo		196.236	166.979

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo Circulante		39.429	62.553
Fornecedores		1.118	970
Debêntures e Empréstimos	7	29.788	48.594
Obrigações Sociais e Trabalhistas		807	668
Tributos		5.429	4.177
Dividendos Declarados		-	4.876
Encargos Setoriais		2.175	3.165
Outros Passivos		112	103
Passivo Não Circulante		157.922	108.148
Debêntures e Empréstimos	7	157.574	107.767
Encargos Setoriais		332	365
Outros Passivos		16	16
Total do Passivo		197.351	170.701
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	127.262	127.262
Outros resultados abrangentes	9.3	24	2
Reserva de Lucros	9.2	82.151	106.865
Prejuízos Acumulados		(227.304)	(237.851)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		16.752	-
Total do Patrimônio Líquido		(1.115)	(3.722)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		196.236	166.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		85.150	87.940
(-) Parcela Variável		(17)	(957)
Tributos			
PIS-PASEP		(557)	(570)
Cofins		(2.571)	(2.629)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(795)	(811)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.324)	(1.575)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(341)	(348)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	79.545	81.050
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		79.545	81.050
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(4.536)	(3.708)
Material		(462)	(1.131)
Serviços de Terceiros		(3.681)	(4.024)
Arrendamento e Aluguéis		(4.893)	(4.975)
Seguros		(13)	(15)
Doações, Contribuições e Subvenções		(409)	(298)
Tributos		(62)	(67)
Depreciação e Amortização		(4.106)	(4.124)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		-	65
Resultado da Atividade		61.383	62.773
Equivalência Patrimonial		12.931	14.028
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(19.084)	(26.139)
Receitas Financeiras		2.628	2.269
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		57.858	52.931
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(4.774)	(3.429)
Resultado Líquido do Exercício		53.084	49.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do Exercício	53.084	49.502
Outros Resultados Abrangentes	24	(2)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	53.108	49.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Outros resultados abrangentes	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	127.262	25.452	19.337	46.640	5.956	(260.489)	-	(35.842)
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(5.956)	-	-	(5.956)
Pagamento de Dividendos Sobre Lucros Retidos	-	-	-	(6.550)	-	-	-	(6.550)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.502	-	49.502
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	7.359	-	-	(7.359)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.876)	-	(4.876)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	14.627	-	(14.627)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(2)	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	127.262	25.452	26.696	54.717	-	(237.851)	2	(3.722)
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	-	22	22
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(33.154)	-	53.084	-	19.930
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	8.440	-	-	(8.440)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(17.345)	-	(17.345)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	16.752	(16.752)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.262	25.452	35.136	21.563	16.752	(227.304)	24	(1.115)

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 14. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	53.084	49.502
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	4.106	4.124
Equivalência Patrimonial	(12.931)	(14.028)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.774	3.429
Juros e Variações Monetárias	18.920	25.930
Provisões para Litígios	-	16
Outros	261	967
	68.214	69.940
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(227)	858
Tributos Compensáveis	261	3.465
Outros	726	156
	760	4.479
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(990)	(281)
Fornecedores	148	234
Obrigações Sociais e Trabalhistas	139	(129)
Tributos	1.529	(3.085)
Outros	(22)	7
	804	(3.254)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	69.778	71.165
Encargos de Dívidas Pagos	(16.586)	(26.408)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.003)	(2.161)
	48.189	42.596
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Resgates de investimentos curto prazo	-	1.090
Recebimento de dividendos	18.000	14.500
Imobilizado	(548)	(245)
Intangível	(6)	(6)
	17.446	15.339
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Debêntures captadas	97.543	-
Pagamento principal de debêntures	(68.876)	(28.469)
Pagamento de dividendos	(55.376)	(20.801)
	(26.709)	(49.270)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	38.926	8.665
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	18.103	9.438
No fim do exercício	57.029	18.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ETEP”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão							
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ETEP	-	043/2001	30	2031	84.972	IGP-M	Sim
ESDE (**)	100%	025/2009	30	2039	18.924	IPCA	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348 de 16/07/2023.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 19.664 para ESDE.

Empresas	Investimento	Equivalência patrimonial	Participação da Outorgada (em %)
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	55.519	12.931	100

Em 22 de agosto de 2002, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de março de 2025.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações contábeis estatutárias societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

3.2. Arrendamentos

A ETEP avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5. Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia e sua controlada adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e além de aguardar a sinalização do órgão regulador (ANEEL) sobre tais pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia e sua controlada:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2024		31/12/2023	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	57.029	57.029	18.103	18.103
Caixa e Equivalentes de Caixa	110	110	4.653	4.653
Aplicações Financeiras	56.919	56.919	13.450	13.450

5. Concessionárias e Permissionárias

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.1. Composição das Contas a Receber

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão	150.828	-	-	1	150.829	1	(87.967)	62.862	66.962
Máquinas e Equipamentos	150.712	-	-	1	150.713	1	(87.850)	62.863	66.963
Veículos	109	-	-	-	109	-	(110)	(1)	(1)
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	7	-	(7)	-	-
Administração	157	-	-	-	157	-	(149)	8	12
Máquinas e Equipamentos	136	-	-	-	136	-	(130)	6	9
Móveis e Utensílios	21	-	-	-	21	-	(19)	2	3
Subtotal	150.985	-	-	1	150.986	1	(88.116)	62.870	66.974
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão	7.982	537	(262)	-	8.257	275	-	8.257	7.982
Máquinas e Equipamentos	1.194	1	-	(1)	1.194	-	-	1.194	1.194
Material em depósito	6.256	481	-	-	6.737	481	-	6.737	6.256
Outros	532	55	-	(261)	326	(206)	-	326	532
Administração	96	11	-	(1)	106	10	-	106	96
Máquinas e Equipamentos	62	11	-	-	73	11	-	73	62
Outros	34	-	-	(1)	33	(1)	-	33	34
Subtotal	8.078	548	(262)	(1)	8.363	285	-	8.363	8.078
Total do Ativo Imobilizado	159.063	548	(262)	-	159.349	286	(88.116)	71.233	75.052

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	943	-	943	-	(743)	200	200
Serviços	199	-	199	-	-	199	199
Softwares	165	-	165	-	(164)	1	1
Outros	579	-	579	-	(579)	-	-
Administração	707	-	707	-	(706)	1	1
Softwares	538	-	538	-	(539)	(1)	(1)
Outros	169	-	169	-	(167)	2	2
Subtotal	1.650	-	1.650	-	(1.449)	201	201
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	105	6	111	6	-	111	105
Serviços	59	-	59	-	-	59	59
Softwares	46	6	52	6	-	52	46
Administração	13	-	13	-	-	13	13
Softwares	9	-	9	-	-	9	9
Outros	4	-	4	-	-	4	4
Subtotal	118	6	124	6	-	124	118
Total do Ativo Intangível	1.768	6	1.774	6	(1.449)	325	319

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,71%	150.829	(87.967)	62.862	66.962
Custo Histórico	2,71%	150.829	(87.967)	62.862	66.962
Administração	3,35%	157	(149)	8	12
Custo Histórico	3,35%	157	(149)	8	12
		150.986	(88.116)	62.870	66.974
Em curso					
Transmissão	-	-	-	-	7.982
Administração	-	-	-	-	96
		150.986	(88.116)	62.870	75.052

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	12	-	12
A Ratear	-	47	47
Desenvolvimento de Projetos	-	8	8
Material em Depósito	481	-	481
Total das Adições	493	55	548

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	1.455	24.963	24.991	51.409	Sim	jun/18	Não há	100% + CDI
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	638	(65)	34.933	35.506	Sim	jul/20	Não há	2,90% + CDI
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	2.884	(87)	97.650	100.447	Sim	set/24	Não há	0,89% + CDI
Total por Dívida	4.977	24.811	157.574	187.362				

Instituição / linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo										
	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freqüência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	06/04/2025	Semestral	06/04/2025	06/04/2026	Semestral	SAC	24.991	-	-	-	24.991
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	06/05/2025	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	Semestral	SAC	17.449	17.484	-	-	34.933
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	06/03/2025	Semestral	06/03/2028	06/09/2029	Semestral	SAC	(97)	(108)	32.574	65.281	97.650
Total por Dívida							42.343	17.376	32.574	65.281	157.574

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Instituição / linha credora	31/12/2023							
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Banco Santander - CCB	696	45.814	22.945	69.455	Sim	jun/18	Não há	2,90% + CDI
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	1.513	(53)	49.954	51.414	Sim	jul/20	Não há	100% + CDI
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	681	(57)	34.868	35.492	Sim	abr/21	Não há	2,90% + CDI
Total por Dívida	2.890	45.704	107.767	156.361				

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistematica Amortização	2025	2026	2027	Total
							2025	2026	2027	Total
Banco Santander - CCB	02/01/2023	Mensal	02/07/2023	01/07/2025	Mensal	SAC	22.945	-	-	22.945
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	06/04/2023	Semestral	06/04/2025	06/04/2026	Semestral	SAC	24.963	24.991	-	49.954
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	06/05/2023	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	Semestral	SAC	(65)	17.449	17.484	34.868
Total por Dívida							47.843	42.440	17.484	107.767

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2024, atualizado pelo IGP-M, era de R\$303.756 para a 3ª, 4ª e 5ª emissão.

A Administração da ETEP mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2024	Total 2023
(+) Dívida Bruta	4.977	24.811	157.574	187.362	156.361
Debêntures. Moeda Nacional	4.977	24.811	157.574	187.362	156.361
(-) Ativos Financeiros	-	(57.029)	-	(57.029)	(18.103)
Alta Liquidez	-	(110)	-	(110)	(4.653)
Demais Aplicações Financeiras	-	(56.919)	-	(56.919)	(13.450)
(+) Dívida Líquida	4.977	32.218	157.574	130.333	138.258

8. Provisões para Litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui contingência com perda classificada como “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”. (R\$163, em 31 de dezembro de 2023, referente a um processo de natureza trabalhista na controlada).

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$127.262, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.2. Reservas de lucros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reserva legal	25.452	25.452
Reserva especial para incentivos fiscais	35.136	26.696
Reserva de retenção de lucros	21.563	54.717
	<u>82.151</u>	<u>106.865</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$25.452.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$35.136 (R\$26.696 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 21.563 (R\$54.717 em 31 de dezembro de 2023).

9.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$745. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$745. A reavaliação destes ativos foi registrada em 2023 na ETEP e em 2024 em sua investida, sendo depreciado de acordo com PRORET 9.2 conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	0
Depreciação	2
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2
VNR da controalda ESDE	22
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2024	31/12/2023
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	85.150	87.940
(-) Parcela Variável	(17)	(957)
Programa de Integração Social - PIS	(557)	(570)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.571)	(2.629)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(795)	(811)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.324)	(1.575)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(341)	(348)
Total	79.545	81.050

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.348, de 16 de julho de 2024, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2024~2025 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de -0,34%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 e a próxima será em 1 de julho de 2028.

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	3.677	2.898
Remuneração	1.945	1.601
Encargos	693	624
Previdência privada	76	50
Assistência médica	365	205
Despesas rescisórias	21	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	425	220
Outros	152	198
Administradores	859	810
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	651	589
Benefícios dos administradores	208	221
Total	4.536	3.708

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.858	52.931
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	19.672	17.997
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(4.397)	(4.769)
Incentivos fiscais	(8.453)	(7.358)
Despesas e Provisões Indedutíveis	217	140
Amortização e Depreciação	1.376	1.380
Receitas Regulatórias	(2.777)	(3.583)
Materiais	(95)	271
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(350)	(351)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(419)	(298)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.774	3.429
Taxa efetiva	8,25%	6,48%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.029	-	57.029	18.103	-	18.103
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	954	-	954	3.625	-	3.625
Serviços em Curso	921	-	921	686	-	686
Ativo Contratual da Concessão	-	64.126	64.126	-	62.327	62.327
Tributos Compensáveis	151	-	151	461	-	461
Outros Ativos Circulantes	4.072	-	4.072	4.567	-	4.567
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5.746	-	5.746	2.848	-	2.848
Depósitos Judiciais e Cauções	32	-	32	32	-	32
Ativo contratual da concessão	-	277.479	277.479	-	291.816	291.816
Outros Ativos Não Circulantes	254	-	254	1.301	-	1.301
Participações Societárias Permanentes (*)	55.519	78.070	133.589	59.985	74.838	134.823
Imobilizado	71.233	(54.962)	16.271	75.052	(56.334)	18.718
Intangível	325	(312)	13	319	(306)	13
Total do Ativo	196.236	364.401	560.637	166.979	372.341	539.320

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	1.118	-	1.118	970	-	970
Debêntures, Empréstimos e Arrendamento Mercantil	29.788	4.200	33.988	48.594	4.154	52.748
Obrigações Sociais e Trabalhistas	807	-	807	668	-	668
Tributos	5.429	-	5.429	4.177	-	4.177
Dividendos Declarados (*)	-	-	-	4.876	-	4.876
Encargos Setoriais	2.175	-	2.175	3.165	-	3.165
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	4.264	4.264	-	4.145	4.145
Outros Passivos Circulantes	112	-	112	103	-	103
Passivo Não Circulante						
Debêntures, Empréstimos e Arrendamento Mercantil	157.574	16.165	173.739	107.767	18.236	126.003
Encargos Setoriais	332	-	332	365	-	365
Tributos Diferidos	-	94.040	94.040	-	88.551	88.551
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	18.452	18.452	-	19.406	19.406
Outros Passivos Não Circulantes	16	-	16	16	-	16
Total do Passivo	197.351	137.121	334.472	170.701	134.492	305.193
Patrimônio Líquido						
Capital Social	127.262	-	127.262	127.262	-	127.262
Outros resultados abrangentes	24	(24)	-	2	(2)	-
Reservas de Lucros	82.151	-	82.151	106.865	-	106.865
(Prejuízos) Acumulados	(227.304)	227.304	-	(237.851)	237.851	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	16.752	-	16.752	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.115)	227.280	226.165	(3.722)	237.849	234.127
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	196.236	364.401	560.637	166.979	372.341	539.320

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimento de curto prazo, Investimentos e Dividendos a pagar, respectivamente.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	85.150	(85.150)	-	87.940	(87.940)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	18.904	18.904	-	20.030	20.030
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	53.708	53.708	-	27.593	27.593
(-) Parcela Variável	(17)	-	(17)	(957)	-	(957)
Tributos						
PIS-PASEP	(557)	81	(476)	(570)	262	(308)
COFINS	(2.571)	376	(2.195)	(2.629)	1.210	(1.419)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(795)	-	(795)	(811)	-	(811)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.324)	326	(998)	(1.575)	1.048	(527)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(341)	51	(290)	(348)	161	(187)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	79.545	(11.704)	67.841	81.050	(37.636)	43.414
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	79.545	(11.704)	67.841	81.050	(37.636)	43.414
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(4.536)	-	(4.536)	(3.708)	-	(3.708)
Material	(462)	(282)	(744)	(1.131)	794	(337)
Serviços de Terceiros	(3.681)	-	(3.681)	(4.024)	-	(4.024)
Arrendamento e Aluguéis	(4.893)	4.449	(444)	(4.975)	4.551	(424)
Seguros	(13)	-	(13)	(15)	-	(15)
Doações, Contribuições e Subvenções	(409)	-	(409)	(298)	-	(298)
Tributos	(62)	-	(62)	(67)	-	(67)
Depreciação e Amortização	(4.106)	1.543	(2.563)	(4.124)	1.492	(2.632)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	-	65	(70)	(5)
Resultado da Atividade	61.383	(5.994)	55.389	62.773	(30.869)	31.904
Equivalência Patrimonial	12.931	3.254	16.185	14.028	4.603	18.631
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(19.084)	(2.244)	(21.328)	(26.139)	(1.476)	(27.615)
Receitas Financeiras	2.628	(73)	2.555	2.269	(1.095)	1.174
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	57.858	(5.057)	52.801	52.931	(28.837)	24.094
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(4.774)	(5.490)	(10.264)	(3.429)	6.197	2.768
Resultado Líquido do Exercício	53.084	(10.547)	42.537	49.502	(22.640)	26.862

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constroi, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

14.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em "Arrendamento mercantil" referente aos pagamentos futuros no montante de R\$20.365 e "Imobilizado" referente o direito de uso no montante de R\$16.158, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

14.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	226.165	234.127
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(348.243)	(353.731)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	4.207	3.780
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	116.756	112.102
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>(1.115)</u>	<u>(3.722)</u>

14.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária	42.537	26.862
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	20.343	41.412
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(15.286)	(12.575)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	5.490	(6.197)
Lucro líquido regulatório	<u>53.084</u>	<u>49.502</u>